



# CÂMARA MUNICIPAL DE AMPARO

Estado de São Paulo

## ESPELHO DAS RESPOSTAS ESPERADAS CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 01/2023

### 302 – ANALISTA LEGISLATIVO

#### RESPOSTA ESPERADA – PEÇA TÉCNICA

Esperava-se que o candidato, mesmo que resumidamente, elaborasse Parecer Jurídico com a seguinte estrutura, prevista no artigo 3º da Lei Complementar n.º 95/1998: (i) parte preliminar; (ii) parte normativa; e (iii) parte final.

Em cada item deveria constar:

No item (i): epígrafe, ementa, preâmbulo, enunciado do objeto e indicação do âmbito de aplicação das disposições normativas. Exemplificativamente:

Epígrafe caracteres maiúsculos:	em	LEI ORDINÁRIA N.º XX, DE YY DE YYYY DE YYYY
Ementa:		DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL À ENTIDADE QUE ESPECIFICA
Preâmbulo:		O presidente da Câmara Municipal do Município de Amparo, prefeito em exercício, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:
Enunciado e âmbito de aplicação (Art. 1º)		Artigo 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder subvenção social, conforme o artigo 16 da Lei n.º 4.320/1964 e no artigo 26 da Lei Complementar n.º 101/2000, e, em consonância, com a Lei Orçamentária Anual, na importância de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), para a ABCD.

No item (ii): o texto das normas de conteúdo substantivo relacionadas com a matéria regulada, especialmente o prazo da subvenção social concedida e a dotação orçamentária indicada no enunciado da peça técnica. Exemplificativamente:

Conteúdos relacionados à matéria	Artigo 2º. A subvenção social concedida terá prazo de 1 ano e será liberada no início de cada quadrimestre.
	Artigo 4º. A despesa a que se refere o artigo 1º desta lei será coberta com recursos orçamentários da Secretaria de Educação, conforme dotação orçamentária indicada abaixo. [transcrever a tabela da dotação orçamentária].

Desde que não haja signos de identificação e observado o artigo 10 da Lei Complementar n.º 95/1998, serão considerados, mas sem acréscimos de pontuação, conteúdos afetos à matéria, tais como determinações adicionais, vedação de destinação, entre outros.

No item (iii): as disposições pertinentes às medidas necessárias à implementação das normas de conteúdo substantivo e a cláusula de vigência. Exemplificativamente:

Disposições pertinentes e cláusula de vigência	Artigo 4º. A entidade subvencionada deverá prestar contas na forma da legislação aplicável.
	Artigo 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Desde que não haja signos de identificação, serão considerados, mas sem acréscimos de pontuação, o(s) subscritor(es) da lei, tais como “Presidente da Câmara Municipal, prefeito em exercício”, “Secretário(a) de Educação”, entre outros.

## RESPOSTA ESPERADA – REDAÇÃO

Com base nos conhecimentos específicos (Lei de Responsabilidade Fiscal) e nas ideias apresentadas nos textos-base, os candidatos deveriam elaborar um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema: “A responsabilidade fiscal deve limitar as políticas sociais?”.

**Com base nessas premissas, foram aplicados os critérios de avaliação previstos no Edital.**